
A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): possibilidades de intervenção psicopedagógica através da Análise do Comportamento Aplicada

GABRIELA ALVES NASCIMENTO*

SANDRA FREITAS DE SOUZA**

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar os pressupostos teóricos, que embasam a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), como uma das possibilidades na educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para incluir essas crianças nas escolas comuns, é necessário que haja um treinamento de habilidades sociais, que são deficitárias, em pessoas que se enquadram no espectro. Estudos recentes apontam a ABA como uma possibilidade para aumentar o repertório comportamental dessas crianças e, dentre os profissionais que podem

* Especialista de Educação Básica - Orientadora Educacional; Pedagoga pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade FUMEC.

** Professora do Curso de Psicopedagogia da Universidade Fumec. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Minas, Supervisora Pedagógica da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, atuando como coordenadora e professora capacitadora no Núcleo de Capacitação em Educação Inclusiva, com ênfase em Deficiência Intelectual da SEE-MG.

trabalhar a partir dessa abordagem, está o Psicopedagogo, que, por sua ampla formação na área da aprendizagem e suas dificuldades, pode criar estratégias que propiciem o desenvolvimento dessas crianças. Dentre os autores de estudos realizados para corroborar com a ABA, como forma de intervenção, estão Cunha (2017), Khoury (2014), Skinner (2006), entre outros. Sendo de extrema relevância para pessoas com TEA, que os profissionais e a família envolvidos na educação desses sujeitos, possam conhecer sua aplicabilidade nas atividades de vida diária, de autocuidado e na interação social das pessoas com TEA para que essas possam alcançar seu potencial máximo de autonomia.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do espectro autista. Análise do comportamento aplicada. Psicopedagogia.

Introdução

Diante da atual realidade de se incluir todos os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), dentre eles aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em ambientes escolares comuns a todas as pessoas, surge a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas vigentes, nesses espaços, até o momento.

A inclusão de alunos com TEA é reforçada pela Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Essa Lei garante, no parágrafo único, do inciso IV, do Artigo 3º, que esses alunos, incluídos em salas de aulas de escolas comuns, têm direito a um acompanhante, em casos de comprovada necessidade. Nesse caso, é essencial que haja uma intervenção psicopedagógica eficaz, que atenda às suas especificidades.

Estudos recentes indicam a Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis - ABA*) como uma das possíveis formas de intervenção para propiciar maior autonomia a esses sujeitos.

Pretende-se, ao final deste trabalho, responder à seguinte questão: Quais os principais pressupostos teóricos podem ser efetivamente aplicados na inclusão de alunos com TEA?

A educação de crianças com TEA possui inúmeras especifi-

idades, principalmente porque as manifestações sintomáticas do espectro autista possuem grande variabilidade. Não há como estabelecer um padrão de intervenção que beneficie a todos os autistas, no entanto, as intervenções baseadas em ABA vêm demonstrando grande eficiência para ampliação do repertório comportamental e para minimização dos padrões rígidos de comportamentos e estereotípias.

A Teoria Comportamental, proposta por Skinner, é extensa e, por se tratar de uma ciência embasada em estudos empíricos da Análise Experimental do Comportamento, vem sendo amplamente difundida pela vertente da Análise Comportamental Aplicada, cuja finalidade é transpor o que foi cientificamente comprovado, em laboratório, para as práticas sociais em geral e não apenas nos casos de desenvolvimento atípico.

As intervenções baseadas em ABA podem ser realizadas por profissionais da saúde como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros, e também por profissionais da área da educação. Nesse cenário, o papel do Psicopedagogo apresenta-se com grande relevância, visto que, enquanto profissional voltado aos aspectos da aprendizagem, possui habilidades que favorecem a aplicação de estratégias de ensino através de um olhar mais apurado.

Para levantar os pressupostos teóricos que podem ser efetivamente aplicados na inclusão de alunos com TEA, a metodologia escolhida para este trabalho foi a Pesquisa Bibliográfica, visando construir um entrelaçamento entre os temas inclusão, autismo, Análise do Comportamento Aplicada e atuação psicopedagógica, tanto clínica quanto institucional. De acordo com Gil (2002, p.44), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Essa pesquisa foi baseada em autores como Bossa (2007), Cunha (2017), Cury (2005), Januzzi (2006), Scooz (2006), Skinner (2006), Zanotto (2004), entre outros.

Fundamentação teórica

Breve histórico da inclusão no Brasil

O estudo da temática sobre a Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), nas escolas comuns, envolve muitos aspectos significativos para a compreensão do quadro atual da educação desses sujeitos. O assunto em questão, sob o ponto de vista histórico, no Brasil, abrange o período de 1824 até a contemporaneidade, pontuando os períodos em que predominavam a segregação, a integração e, posteriormente, a inclusão desses alunos.

A segregação compreende o período em que esses sujeitos eram isolados em anexos de hospitais psiquiátricos e instituições especializadas, cujas vertentes de atendimento predominantes nesse período eram médico-pedagógica e a psicopedagógica. Nesse mesmo período, surge um maior envolvimento da sociedade civil nas iniciativas de atendimento a esses sujeitos. Conforme relata Januzzi (2006):

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade, ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. A população era iletrada na sua maior parte, as escolas eram escassas, como já foi salientado, e dado que só recorriam a ela as camadas sociais alta e média, a escola não funcionou como crivo, como elemento de patenteação das deficiências. [...] Certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições. (JANUZZI, 2006, p.16)

A partir de 1940, surge o movimento de integração, que visava promover uma adequação das pessoas com deficiência, nas esco-

las comuns, com a finalidade de inseri-las no mercado de trabalho e aproveitar toda mão de obra possível. Resultado de um período em que a industrialização era crescente no país e a manutenção dessas pessoas não produtivas sairia caro à nação. Esperava-se que o sujeito tivesse condições para se integrar ao ambiente de trabalho, sendo preparado através da educação escolar.

Em meados de 1950, os governos federal, estaduais e municipais, e entidades privadas foram se organizando de forma mais eficiente para promover a educação, conforme Mazzotta:

Na primeira metade do século XX, portanto até 1950, havia 40 estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. No mesmo período, três instituições especializadas (uma estadual e duas particulares) atendiam deficientes mentais e outras oito (três estaduais e cinco particulares) dedicavam-se à educação de outros deficientes. (MAZZOTTA , 1995, p. 31)

Cabe destacar, também, que foi durante esse período que surgiram regulamentações para o trabalho dos cidadãos brasileiros, como a Consolidação das Leis do Trabalho, CLT (1943), e outros ordenamentos jurídicos, visando propiciar ao trabalhador condições dignas de trabalho. Essas regulamentações também incluem as pessoas com deficiência, dispondo sobre o aproveitamento de indivíduos com capacidade reduzida, no mercado de trabalho. Em 1954, o então presidente da República, Getúlio Vargas, determinou que fossem tomadas providências para que se concedesse o direito de voto ao indivíduo cego (JANUZZI, 2006).

Na Constituição de 1988, reconheceu-se que todos são seres de direitos, independentemente de origem, raça ou cor, portanto, a educação torna-se direito público subjetivo (BRASIL, 1988).

Conforme Cury (2005),

Declarar um direito é muito significativo. Declará-lo é colocá-lo dentro de uma hierarquia que o reconhece solenemente como um ponto prioritário das políticas sociais. Mais significativo ainda se torna esse direito quando é declarado e garantido como tal pelo poder interventor do Estado no sentido de assegurá-lo e implementá-lo (CURY, 2005, p. 19).

A partir da década de 1990, a inclusão surge como vertente favorável à diversidade e à promoção da equidade, que coloca todos em igualdade de condições, sem qualquer tipo de discriminação, pautada por princípios declarados mundialmente como direitos humanos. A inclusão, então, propõe uma interatividade entre a sociedade e o ambiente escolar, que deve fornecer respostas educativas adequadas à condição de cada educando, considerando-os em suas potencialidades e suas limitações.

A Declaração de Salamanca, elaborada na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca (Espanha), em junho de 1994, determina que toda escola deve receber o aluno, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, dentre outras (UNESCO, 1994). O texto passa a aplicar o termo necessidades educativas especiais também às crianças e jovens que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem que não esteja ligada à deficiência. O desafio proposto no documento é de que todas as escolas baseiem seus trabalhos em uma pedagogia que coloque a criança no centro do processo de aprendizagem, capaz de mudar condutas discriminatórias e desenvolver, cada dia mais, sociedades mais inclusivas. A Declaração afirma que,

Uma pedagogia centrada na criança pode impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças, tão frequentemente consequências de uma instrução de baixa qualidade e de uma mentalidade educacional baseada na ideia de que

“um tamanho serve a todos”. Escolas centradas na criança são, além do mais, a base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos. (UNESCO, 1994, p.4)

O texto destaca que, em uma escola inclusiva, as crianças devem aprender juntas, sendo imprescindível o reconhecimento e o respeito às necessidades de cada um. Esse respeito é possível, ao se utilizar um currículo apropriado, diversificadas estratégias de ensino e uso de recursos convenientes ao aluno. A Declaração não é contra escolas ou salas especiais, mas alerta que seu uso deveria se restringir aos casos em que o ensino nas salas regulares não atenda às necessidades pedagógicas e sociais do aluno (UNESCO, 1994).

A Lei nº. 12.764/12 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, define questões legais exclusivamente voltadas a essas pessoas, enfatizando, assim, a relevância de sua inclusão, nas escolas comuns. A lei define que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e as define, em seu Artigo 1º, com as seguintes características:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais

incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

É primordial que os ordenamentos sejam cumpridos, mas, para tanto, é necessário uma maior compreensão e engajamento dos atores envolvidos nesse processo. O papel do Psicopedagogo é determinante para o trabalho com a inclusão, seja ele realizado diretamente com o aluno autista ou, indiretamente, orientando e auxiliando pais, professores e demais profissionais da educação.

Transtorno do Espectro Autista

Integrando o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V (2013), como um Transtorno do Neurodesenvolvimento, o TEA não possui padrões fixos para sua manifestação, apresentando grande variedade de sintomas. Suas principais características incluem os prejuízos na comunicação e consequentemente na interação social, e padrões restritivos e repetitivos de comportamentos que se iniciam logo nos primeiros anos de vida do sujeito. Também pode apresentar, ou não, algum grau de Deficiência Intelectual.

No DSM-IV, o Autismo era considerado como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, mas, no DSM-V, a grande alteração se deu por incluir outros transtornos ao Espectro Autista. Conforme Khoury et al (2014), o DSM-V,

Agrupou e incluiu quatro das cinco categorias dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento do DSM IV na condição de Transtorno do Espectro do Autismo. Foram elas: Transtorno Autista, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem Outra Especificação. De acordo com o DSM V, esses transtornos não terão mais validade em termos de condições diagnósticas distintas. Assim, passarão a ser considerados no mesmo espectro do autismo. O transtorno de Rett, no DSM V, tampouco foi considerado como um dos TEA, e sim, como uma doença distinta (KHOURY et al,

2014, p. 11).

Portanto, a variabilidade de manifestações sintomáticas do TEA expandiu a partir dessa alteração, que “possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os de leve, moderado e severo” (CUNHA, 2017, p.23).

Por se tratar de um distúrbio complexo, com manifestações em diversos e peculiares níveis, nem sempre é fácil identificar um caso de TEA que ~~po~~ possa surgir nos primeiros meses de vida, com sintomas mais significativos por volta dos três anos de idade. A criança apresenta dificuldades em estabelecer comunicação, praticamente não apresenta comunicação verbal e gestual, tem dificuldade para manter contato visual e para interagir com outras pessoas.

A incidência do transtorno atualmente é de 1 caso a cada 150 ou 100 nascimentos, sendo mais comum nos meninos (CUNHA, 2017, p. 25). Em relação às causas do desenvolvimento do transtorno, ainda não há uma explicação que contemple significativamente todas as possibilidades, mas são considerados alguns aspectos como prematuridade, baixo peso ao nascer, pais acima dos 40 anos na primeira gravidez, entre outros fatores.

Credita-se o comprometimento autista a alterações biológicas, hereditárias ou não. A respeito das causas do autismo, ainda que não sejam satisfatoriamente conhecidas, alguns estudiosos acreditam que os fatores metabólicos decorrentes de alterações bioquímicas são, de certa forma, submetidos aos efeitos do ambiente e modificados por ele. Em razão disso, existe uma grande preocupação atual com a toxicidade dos metais pesados e a sua influência nos processos biológicos que levam aos sintomas (CUNHA, 2017, p. 25).

A pessoa com TEA possui padrões rígidos de comportamento repetitivos e disruptivos, fixando a atenção em algum objeto específico e tendo pouca tolerância a mudanças em sua rotina,

agravando as estereotípias, que são atividades motoras repetitivas, como balançar os pés, bater as mãos, entre outros, e as ecolalias, que consistem na repetição de palavras, que pode ocorrer de forma imediata ou tardia.

Quando desenvolve a fala, a criança tende a ser monotônica e monotemática, falando apenas sobre o assunto de seu interesse. Outro prejuízo também é observado na capacidade de atenção compartilhada, no comportamento de solicitação e no funcionamento adaptativo, que a atrapalha em atividades da vida diária e autocuidado.

No que tange à Teoria da Mente, que é a capacidade de atribuir estados mentais a si mesmo e às outras pessoas e, dessa forma, prever o comportamento dos outros a partir de seus desejos e intenções, representadas no estado mental, é inexistente em pessoas com TEA. A ausência de empatia se deve à incapacidade de imaginar o que o outro está sentindo através de suas reações, inclusive, não sabendo interpretar expressões faciais.

A deficiência intelectual pode ocorrer ou não, podendo, em alguns casos, a pessoa com TEA desenvolver uma inteligência acima da média em algumas áreas, como nos casos da anteriormente denominada Síndrome de Asperger, que a partir do DSM-V (2013) passa a figurar como TEA. Também pode ocorrer comorbidades “em alguns quadros, há o acometimento de convulsões, já que o autismo pode vir associado a diversos problemas neurológicos e neuroquímicos” (CUNHA, 2017, p. 29).

Em uma revisão de literatura sobre o autismo no Brasil, Azevedo, Nunes e Schmidt (2013) apontam o uso de recursos como TEACCH¹ que é um método de comunicação alternativa para pessoas com TEA, não verbais, entre outros métodos de comunicação, além da elaboração de um Plano de Ensino Individualizado (PEI) e o uso de Tecnologias Assistivas, que auxiliam o processo educativo desses sujeitos, para propiciar a eles a maior autonomia possível.

Outra possibilidade de intervenção, que vem demonstrando

grandes avanços na aplicação educativa de crianças com TEA, é *Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behavior Analysis-ABA)*. A partir dos estudos de Skinner sobre o comportamento humano, seus antecedentes e consequentes, existe a possibilidade de prever e controlar comportamentos. “Quando se diz que é possível prever um comportamento, não significa propriamente dizer qual será o futuro da pessoa, mas da probabilidade de produzir um tipo de interação” (CARMO e HENKLAIN, 2013, p. 709).

¹ TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children), em português significa Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação.

A teoria behaviorista, proposta por Skinner, explica vários aspectos que podem beneficiar a educação, através da análise do comportamento, que, se bem aplicada, pode promover inúmeros benefícios à pessoa com TEA.

Análise do Comportamento Aplicada e suas possibilidades na área educacional

Skinner (2006) defende que existem alguns princípios organizadores, na estrutura do comportamento, que podem ajudar a prever a possibilidade de determinados comportamentos se repetirem. Skinner diferencia o Behaviorismo Metodológico e o Behaviorismo Radical, considerando no primeiro, com características positivistas, aquilo que pode ser observado no comportamento, tentando isentar-se de mentalismos. Já o segundo, busca compreender o conjunto, considerando a auto-observação e o autoconhecimento.

O mentalismo, ao fornecer uma aparente explicação alternativa, mantinha a atenção afastada dos acontecimentos externos antecedentes que poderiam explicar o comportamento. O behaviorismo metodológico fez exatamente o contrário: com haver-se exclusivamente com os acontecimentos externos antecedentes, desviou a atenção da auto-observação e do autoconhecimento. O behaviorismo radical reestabelece um certo tipo de equilíbrio. Não insiste na verdade por consenso e pode, por isso, considerar os acontecimentos ocorridos no mundo privado dentro da pele. Não considera tais acontecimentos inobserváveis e não os

descarta como subjetivos. Simplesmente questiona a natureza do objeto observado e a fidedignidade das observações (SKINNER, 2006, p. 19).

Através dessa distinção, o autor adverte que os sentimentos e estados mentais têm sua importância, mas não devem ser considerados como determinantes para a explicação do comportamento humano. Apesar de sua importância “o mundo dentro da pele” só pode ser observado e descrito pela própria pessoa, através do comportamento verbal, que também serve para o próprio indivíduo como um comportamento autodescritivo.

O comportamento inato, também definido como respondente, surge de uma necessidade, das contingências de sobrevivência, inerentes ao comportamento humano, para que os indivíduos possam sobreviver e perpetuar a espécie, através dos condicionamentos respondentes, que passam de geração a geração, para manter determinados tipos de comportamentos funcionais, para a vida em sociedade.

Já o comportamento operante considera que as consequências de um comportamento podem influenciar a probabilidade de nova ocorrência. Conforme Skinner (2006),

Quando um comportamento tem o tipo de consequência chamada reforço, há maior probabilidade de ele ocorrer novamente. Um reforçador positivo fortalece qualquer comportamento que o produza: um copo d'água é positivamente reforçador quando temos sede e, se então enchemos e bebemos um copo d'água, é mais provável que voltemos a fazê-lo em ocasiões semelhantes. Um reforçador negativo revigora qualquer comportamento que o reduza ou o faça cessar: quando tiramos um sapato que está apertado, a redução do aperto é negativamente reforçadora e aumenta a probabilidade de que ajamos assim quando um sapato estiver apertado (SKINNER, 2006, p. 43).

Através da aplicabilidade da Análise do Comportamento, é possível promover a ampliação do repertório comportamental do

TEA, que é muito restrito, enfatizando comportamentos sociais adequados. Através de uma sistemática observação e registro dos comportamentos, o que acontece antes deles e como as consequências são apresentadas, é realizada uma Análise Funcional de determinados comportamentos e de como estes poderão ser modelados.

Todo comportamento pode ser aprendido e, partindo dessa premissa, Skinner (2006) defende que alterações no ambiente ou nas condutas alheias podem favorecer a aprendizagem de padrões comportamentais. A Análise do Comportamento é uma ciência, cujas estratégias originadas dos princípios do comportamento são aplicadas sistematicamente, para ampliar o repertório de comportamentos e as habilidades adaptativas sociais e enfraquecer ou diminuir comportamentos inadequados socialmente. Pode auxiliar, também, no desenvolvimento de maior tolerância às frustrações e alterações nos ambientes e atividades, auxiliando nas habilidades de autocuidado e atividades de vida diária, visando ensinar ao indivíduo comportamentos que o possibilitem uma vida independente e integrada à comunidade.

Para intervenção com abordagem ABA, em pessoas com TEA, é necessário que haja um trabalho metódico de avaliação, planejamento e um processo de implementação e avaliação contínua dessa intervenção. A avaliação consiste em uma descrição abrangente do repertório atual de comportamento para, a partir dele, planejar um currículo de intervenção, visando aos comportamentos-alvo e o desenvolvimento de habilidades de comunicação, motoras, sociais, acadêmicas, de vida diária e a diminuição de comportamentos disruptivos.

Para implementação, é necessário um ambiente motivador, que propicie a aprendizagem, sua manutenção e generalização para outros espaços sociais, além de orientações para a família. Esse processo necessita de avaliação contínua da eficácia dos procedimentos, para, se necessário, fazer um novo arranjo de

contingências, dos repertórios comportamentais, que deverão ser mantidos.

Mas as contingências só podem ser arrançadas quando se tem clareza das mudanças comportamentais que se quer obter. Por isso, falar em “arranjo de contingências” é também afirmar o caráter intencional do ensino, o que significa que quem ensina o faz para que alguém aprenda alguma coisa de modo eficiente. Ou como diria um analista comportamental, quem ensina deve ficar sob controle do que quer ensinar, de quem está sendo ensinado e das condições disponíveis na situação de ensino. Falar em “mudar” ou “gerar” comportamento ou em levar alguém a se “comportar de um certo modo” indica a existência de um objetivo que se pretende atingir. Não se ensina se não se sabe o que se quer ensinar e não se criam condições necessárias para ensinar o que se pretende (ZANOTTO, 2004, p. 42).

A tríplice contingência, que envolve o comportamento, e sua relação com o que o antecede, e suas consequências, pode ser manipulada, através das contingências de reforçamento. No reforçamento positivo, a apresentação de uma consequência motivadora aumenta a possibilidade de que o comportamento volte a ocorrer novamente. No reforçamento negativo, há a redução ou eliminação de um estímulo aversivo, que resulta no aumento da possibilidade de que o comportamento ocorra no futuro.

Além da análise minuciosa do que antecede ao comportamento, a análise de consequências também é importante, pois é a partir delas que se produzem os estímulos reforçadores (reforço positivo) ou se eliminam os estímulos aversivos (reforço negativo). Os subsídios da ABA também podem ser utilizados na educação das crianças em geral, visto que os reforçadores variam de pessoa para pessoa, mas as estimulam a agir de determinada maneira.

A atenção é um poderoso reforçador para os seres humanos. Na impossibilidade de obter atenção por bons resultados, muitas vezes os alunos recorrem à indisciplina e à agressividade,

conseguindo, dessa forma, a atenção do professor (ainda que sob a forma de repreensão) e aprovação dos amigos. Em tais condições, o professor necessitaria de um suporte adicional para não sucumbir às provocações e à apatia dos alunos e conseguir, apesar delas, manter-se disponível para liberar conseqüências positivas nas ocasiões condizentes (PEREIRA; MARINOTTI; LUNA, 2004, p. 28).

A extinção de um comportamento indesejado se dá da seguinte maneira: um comportamento, até então reforçado, passa a não realizar alterações no ambiente, até deixar de ocorrer. Como exemplo simples, de extinção operante, pode-se citar uma pessoa que, ao apertar um interruptor, não alcança a finalidade de acender a luz, então, ela o aperta mais algumas vezes e para, constatando que aquele comportamento não produzirá a consequência pretendida.

Existem também os procedimentos de controle coercitivo que são o reforçamento negativo e a punição, que pode ser positiva ou negativa. O controle por reforçamento negativo ocorre quando um determinado comportamento remove algum estímulo aversivo do ambiente, podendo gerar respostas de fuga/esquiva, como por exemplo, a criança que faz a atividade para não receber uma repreensão da professora.

Na punição, o comportamento pode diminuir de frequência, como resultado da adição de um estímulo aversivo, punição positiva; ou pela remoção de um estímulo reforçador, punição negativa. Como exemplo da punição positiva, pode-se citar a professora que ordena ao aluno que faça uma atividade, não proposta anteriormente, como castigo, por ter atrapalhado a aula. E, como exemplo de punição negativa, podemos citar quando a professora não permite que o aluno jogue futebol com os colegas no recreio.

As instituições possuem graus de organização e regras para exercerem uma coerção eficiente, que visa facilitar a vida em sociedade. Conforme Skinner (2006):

Tal controle é exercido de maneiras que reforçam de forma muito eficaz aqueles que o exercem e, infelizmente, isto via de regra significa maneiras que são imediatamente adversativas para aqueles que sejam controlados ou exploram a longo prazo. Os que são assim controlados passam a agir. Escapam ao controlador – pondo-se fora de seu alcance, se for uma pessoa; desertando de um governo; apostasiando de uma religião; demitindo-se ou mandriando – ou então atacam a fim de enfraquecer ou destruir o poder controlador, como numa revolução, numa reforma, numa greve ou num protesto estudantil. Em outras palavras, eles se opõem ao controle com contra controle. (SKINNER, 2006, p. 164)

O uso de procedimentos de controle, como a punição, é questionável, visto que podem resultar em uma supressão temporária da resposta, que pode voltar a acontecer, pois o controle aversivo gera sérias implicações para aquele que é punido.

A teoria comportamental é muito extensa, e alguns de seus conceitos mais abrangentes são complexos, no entanto, é possível transpor seus princípios básicos para aplicação não só a casos de alunos com TEA, mas com as crianças em geral. O professor ou funcionários da escola, como Orientador Educacional, Supervisor Pedagógico, entre outros, ao se familiarizarem com alguns conceitos, poderão melhorar o manejo comportamental de seus alunos e trabalhar com as contingências de reforçamento mais adequadas à realidade vivenciada. A contribuição de um profissional da área psicopedagógica poderá ter grande relevância, com sua atuação direta, com os alunos, ou orientando e assessorando o trabalho dos profissionais da educação.

A relevância da atuação do psicopedagogo no contexto inclusivo de crianças com TEA

Com a maior difusão de informações acerca do transtorno, das peculiaridades dos autistas e suas possibilidades educativas, gradualmente as escolas comuns vêm recebendo esses alunos,

mesmo que ainda sem as condições adequadas, conforme defendido por especialistas e assegurado por lei.

Conforme estudo realizado por Gomes e Mendes (2010), na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, pode-se constatar que os professores não contam com nenhum dos recursos que podem promover melhor adequação metodológica aos conteúdos pedagógicos nem contam com recursos de comunicação alternativa para os autistas não-verbais. O recurso mais presente nas escolas eram as auxiliares de vida escolar, que conforme as autoras:

Em relação aos suportes dos alunos com autismo, destaca-se a alta porcentagem de auxiliares de vida escolar, especialmente no 1º ciclo, pois 90% dos alunos estavam com este tipo de apoio. O principal benefício disso pode estar na alta frequência dos alunos e no baixo número de faltas, já que tendo um estagiário com dedicação integral ao aluno com autismo, provavelmente os pais tendem a ficar mais tranquilos em deixar seus filhos na escola. [...] Entretanto, um problema que pode comprometer a atuação dos auxiliares de vida escolar é o baixo grau de instrução dos estagiários, pois cerca de 80% deles são estudantes do segundo grau e leigos, por não terem uma formação específica para a função que exercem (GOMES; MENDES, 2010, p. 391).

É essencial que os profissionais que auxiliem as crianças com TEA, nas escolas, não sejam apenas cuidadores, mas possuam conhecimentos para criarem estratégias, que seja propiciado a esses educandos maiores e melhores oportunidades de desenvolvimento e autonomia.

A formação continuada dos profissionais da escola, em parceria com profissionais de outras instituições, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e profissionais que atendam a demandas específicas, como Fonoaudiólogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Psicopedagogos, entre outros, pode contribuir muito para o favorecimento de ambientes adequados à educação de alunos com TEA.

Diante desse quadro, um profissional, que pode atuar, tanto dentro, quanto fora da escola, diretamente com os alunos com TEA, ou orientando os profissionais, que fazem parte do processo educativo desses alunos e, também, seus familiares, é o Psicopedagogo. Com formação ampla, que envolve os aspectos que compreendem o aprendente, como um ser cognoscente e desejante, a Psicopedagogia mune o profissional, com habilidades favoráveis à atuação, nos mais variados processos de aprendizagem, suas dificuldades e transtornos. Segundo Bossa (2007):

Atualmente, a psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico, com disposições afetivas e intelectuais, que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio (BOSSA, 2007, p.25).

Ao considerar o processo de aprendizagem de forma global, o Psicopedagogo realiza um levantamento minucioso da vida familiar da criança, realiza atividades que podem avaliar seu nível atual de aprendizagem e suas potencialidades, propondo formas de intervenção que possam auxiliá-lo em seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual e afetivo.

Para que o profissional adquira maiores conhecimentos sobre a ABA, existe atualmente uma vasta literatura sobre o assunto, assim como cursos de aprimoramento profissional e pós-graduação, *strictu sensu*, voltados a profissionais, que atendem, de forma multidisciplinar, e em parceria com a escola.

O Psicopedagogo, que em sua prática, já utiliza de elementos da Psicologia e da Pedagogia, ao conhecer as possibilidades de intervenção com ABA e, inserindo-as na sua prática, que não precisa se restringir apenas aos alunos com TEA, pode utilizar estratégias como o reforçamento positivo e extinção, para ampliar o repertório

comportamental, minimizar comportamentos inadequados e desenvolver a autonomia, de forma que os autistas compreendam que, como todo comportamento tem uma consequência, favorável ou não, busquem manter e generalizar comportamentos mais relevantes socialmente.

O papel do Psicopedagogo, que deve atuar em consonância com a escola e demais profissionais, considerando o que cabe a cada uma das partes envolvidas no processo educativo de alunos com TEA, inclusive a família, torna-se relevante devido:

À ampla visão da multiplicidade de fatores envolvidos no processo de aprendizagem permite ainda à Psicopedagogia, reconhecer os limites de sua própria atuação e estabelecer prioridades de atendimento, seja alertando a escola para o papel que lhe compete, seja encaminhando os alunos para outros profissionais quando necessário (SCOZ, 2007, p. 160).

Por se tratar de um transtorno que acarreta déficits sociais e de linguagem e, conseqüentemente, de aprendizagem, se não houver uma estimulação precoce, ou vier acompanhado de deficiência intelectual, o aluno com TEA poderá se desenvolver lentamente, em relação aos demais alunos de uma turma de uma sala de aula comum. Se quem for auxiliar o aluno, nas atividades de vida diária e pedagógicas, possuir conhecimentos sobre como atuar a partir dos subsídios da Análise do Comportamento, compreendendo o comportamento atual do aluno, analisando-o por seus antecedentes e suas conseqüências, poderá, através dessa análise, realizar um manejo comportamental, que levará o aluno a desenvolver comportamentos sociais mais relevantes, não só para o ambiente escolar, mas também para os demais ambientes sociais.

Se a instituição escolar ou a família contarem com um apoio psicopedagógico, que possa atuar com base na ABA, poderá maximizar a intervenção, no desenvolvimento desses alunos, que futuramente poderão ter uma vida com maior autonomia, transi-

tando nos mais variados ambientes sociais.

Considerações finais

A inclusão social das pessoas com deficiência é uma realidade no Brasil e em vários países do mundo, que pode ser constatada pelos ordenamentos jurídicos que dispõem sobre a acessibilidade em espaços públicos, sobre o atendimento de saúde, atendimento educacional, entre outros, a essas pessoas. A escola não pode se eximir de sua responsabilidade enquanto *lócus* de aprendizagem e convivência social, sendo um dos principais integrantes do processo inclusivo.

Independentemente do tipo de deficiência, toda pessoa deve ter acesso à educação em escolas comuns e instituições especiais, as quais não devem ser extintas após todos os alunos com deficiência se matricularem em escolas comuns. Pelo contrário, essas instituições devem funcionar como um apoio às escolas comuns, diretamente com os alunos e/ou multiplicando seus conhecimentos e práticas com os demais profissionais da educação.

Por se tratar de uma conquista histórica recente, a inclusão ainda causa certo estranhamento devido à grande variedade de deficiências e às especificidades de cada uma. Antes limitada a espaços de convivência, apenas com seus pares, a pessoa com deficiência era banida do convívio social e cada vez mais tolhida de desenvolver seu potencial máximo de autonomia.

Atualmente, independentemente de suas limitações, todos devem ter acesso à educação, que visa promover uma melhor convivência coletiva e desenvolvimento de potencialidades. É relevante considerar que a proposta de escolarização atual não se preocupa exclusivamente com o ensino e aprendizagem de conteúdos, mas, sim, com o desenvolvimento global da pessoa, enquanto ser humano, dotado de possibilidades.

A partir dessa perspectiva, a legislação brasileira define que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência e, portanto, possui direitos assegurados por lei, como, por exemplo, um acompanhante, em caso de comprovada necessidade, quando incluída nas classes de ensino regular.

Devido a seus padrões comportamentais rígidos e sua dificuldade de interação social, o autista precisa desenvolver certas habilidades que envolvem a ampliação de seu repertório comportamental e os estudos da Análise Comportamental Aplicada, que analisa o comportamento, seu antecedente e a consequência de tal comportamento, vem demonstrando-se eficaz no desenvolvimento dessas habilidades.

Desenvolvida a partir dos estudos de Skinner, a Análise do Comportamento pode ser utilizada não apenas com crianças com TEA, mas no processo educativo em geral, devido à sua eficácia, por se tratar de uma ciência embasada por estudos teóricos e empíricos. Ao transpor o aspecto experimental e tornar-se uma ciência aplicada, a ABA contribui para criar estratégias de intervenção, que propiciem o maior desenvolvimento e, até mesmo, o comportamento adaptativo, através do uso de reforçadores.

Nessa perspectiva, o Psicopedagogo, com sua formação que contempla conhecimentos de diversas áreas como a Pedagogia, a Psicologia, Psicanálise, Sociologia, entre outras, apresenta-se como um profissional, que, devidamente qualificado, com cursos de aprimoramento profissional e formação continuada, em Análise do Comportamento, pode se instrumentalizar para a aplicação dos principais recursos utilizados em ABA.

Com a devida qualificação, o Psicopedagogo desenvolve habilidades com as quais pode aplicar os princípios da ABA, para trabalhar não apenas com TEA, mas com as demais dificuldades e transtornos comportamentais e de aprendizagem. No entanto, é essencial que o profissional se mantenha em constante atualização, visto que os estudos da Análise do Comportamento vêm

avançando nos últimos anos no Brasil e ainda existem muitos equívocos inerentes ao Behaviorismo, oriundos de interpretações superficiais da teoria de Skinner.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5*. 5.ed. Washington: American Psychiatric Association, 2013.

AZEVEDO, Mariana Queiróz Orrico; NUNES, Débora Regina de Paula; SCHMIDT, Carlo. *Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão da literatura*. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial/article/view/10178>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BOSSA, Nádia A. *A psicopedagogia no Brasil: as contribuições a partir da prática*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.160 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. Brasília: Edições Câmara, 1988, 454p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. *Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CARMO, João dos Santos; HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira. *Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo*. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2672>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. 7 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Os fora de série na escola*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005. 89p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Camila Graciella Santos; MENDES, Enicéia Gonçalves. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.16, n.3, p.375-396, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382010000300005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 5 abr. 2017.

JANNUZZI, Gilberta. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p.

KHOURY, Laís Pereira et al. *Manejo comportamental de crianças com transtornos do espectro do autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores*. São Paulo: Memnon, 2014. Disponível em: <<https://www.aprendercrianca.com.br/component/phocadownload/category/4-neuroeducacao?download=8:manejo-comportamental-de-criancas-com-transtornos-do-espectro-do-autismo-em-condicao-de-inclusao-escolar-guia-de-orientacao-a-professores>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.

PEREIRA, Maria Eliza, MARINOTTI, Mirian, LUNA, Sérgio Vasconcelos. O compromisso do professor com a aprendizagem do aluno: contribuições da análise do comportamento. In: HUBNER, Maria Martha Costa. MARINOTTI, Miriam (orgs). *Análise do comportamento para a educação: contribuições recentes*. 1. ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004. 318 p.

PILONI, Thiago. Lei Berenice Piana e o acompanhante especializado. *Conteúdo Jurídico*, Brasília, DF, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53247&seo=1>>. Acesso em: 3 de abril 2017.

SCOZ, Beatriz. *Psicopedagogia e Realidade Escolar: o problema escolar e de aprendizagem*. 14 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007. 176 p.

SKINNER, Burrhus Frederic. *Sobre o Behaviorismo*. Traduzido por Maria da Penha Villalobos. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca. *Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2017.

ZANOTTO, Maria de Lourdes Bara. Subsídios da análise do comportamento para a formação de professores. In: HUBNER, Maria Martha Costa. MARINOTTI, Miriam (orgs). *Análise do Comportamento para a Educação: contribuições recentes*. 1ª ed. Santo André/SP: ESETec Editores Associados, 2004. 318 p.

Data de submissão: 07/12/2017

Data de aprovação: 10/05/2018